

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR E
MONITORAR A CONCLUSÃO DAS OBRAS PÚBLICAS
PARALISADAS E INACABADAS NO PAÍS**

Apresentação: 10/12/2024 11:36:24.640 - CEXOBRAS

REL n.1/2024

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2024

Coordenação: Deputada FLÁVIA MORAIS

DEZEMBRO DE 2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248942650000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Morais



SUMÁRIO

1. CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO.....2

2. ATIVIDADES REALIZADAS.....2

2.1. LISTA DE REQUERIMENTOS.....3

2.2. REUNIÕES DE TRABALHO.....4

2.3. EVENTOS EXTERNOS.....12

2.4. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....22

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....53



1. CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO

A Comissão Externa destinada a acompanhar e monitorar a conclusão das obras públicas paralisadas e inacabadas no país (CEXOBRAS), conforme Requerimento nº 107, de 2023¹, foi criada por meio de Ato da Presidência em 15/03/2023, e foi instalada em 16/03/2023, com os seguintes membros:

PRESIDÊNCIA
Coordenadora FLÁVIA MORAIS (PDT/GO)
Bloco Parlamentar: PL, Fdr PT-PCdoB-PV, UNIÃO, PP, MDB, PSD, REPUBLICANOS, Fdr PSDB-CIDADANIA, PDT, PSB, PODE, AVANTE, PSC, PATRIOTA, SOLIDARIEDADE, PTB
AMOM MANDEL (CIDADANIA/AM)
ANTÔNIO DOIDO (MDB/PA)
DETINHA (PL/MA)
FLÁVIA MORAIS (PDT/GO)
GEOVANIA DE SÁ (PSDB/SC)
IDILVAN ALENCAR (PDT/CE)
JOSEILDO RAMOS (PT/BA)
JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT/CE)
LEÔNIDAS CRISTINO (PDT/CE)
LUIZ CARLOS BUSATO (UNIÃO/RS)
LÉO PRATES (PDT/BA)
MARCOS TAVARES (PDT/RJ)
MAX LEMOS (PDT/RJ)
NETO CARLETTO (PP/BA)
PROFESSORA GORETH (PDT/AP)
RUBENS OTONI (PT/GO)
SIMONE MARQUETTO (MDB/SP)
SOCORRO NERI (PP/AC)
ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE/MG)

2. ATIVIDADES REALIZADAS

¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2348263>



2.1. LISTA DE REQUERIMENTOS

Durante as reuniões deliberativas, a Comissão Externa Sobre Obras Públicas Paralisadas e Inacabadas no País² aprovou os seguintes requerimentos:

Proposições	Ementa	Autor	Apresentação
REQ 1/2024 CEXOBRAS	Requer a realização de audiência pública para apresentação da regulamentação da “Lei 14.719/2023 - Institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde; e altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001”, com a participação de representantes dos Ministérios da Saúde e da Cultura.	Dep. Flávia Morais	23/02/2024
REQ 2/2024 CEXOBRAS	Requer a realização de audiência pública para apresentação dos resultados obtidos pelo FNDE na retomada de obras paralisadas e inacabadas da educação básica e profissionalizante.	Dep. Flávia Morais	11/03/2024
REQ 3/2024 CEXOBRAS	Requer o envio de convite para o Diretor-Geral do DNOCS, Sr. Fernando Marcondes de Araújo Leão e para o Diretor de Infraestrutura Hídrica, Sr. Luiz Hernani de Carvalho Júnior, para comparecerem a comissão e prestarem informações a respeito da paralisação da obra do PAC da Adutora do Pajeú.	Dep. Murilo Gaudino	05/06/2024
REQ 4/2024 CEXOBRAS	Requer o envio de convite para o Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Sr. Waldez Góes, para comparecer a comissão e prestar informações a respeito da paralisação da obra do PAC da Adutora do Pajeú.	Dep. Murilo Gaudino	05/06/2024
REQ 5/2024 CEXOBRAS	Requer a realização de audiência pública para apresentação dos novos resultados obtidos pelo FNDE na retomada de obras paralisadas e inacabadas da educação básica e profissionalizante.	Dep. Flávia Morais	13/11/2024
REQ 6/2024 CEXOBRAS	Requer a realização de seminário em Rio Branco para discutir as	Dep. Socorro Neri	13/11/2024

² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/57a-legislatura/comissao-externa-sobre-obras-publicas-paralisadas-e-inacabadas-no-pais>



	obras de creches inacabadas e paralisadas nos municípios do Acre.		
--	---	--	--

2.2. REUNIÕES DE TRABALHO

- **12/03/2024 (16:51)** – Reunião deliberativa para discussão e votação de requerimentos;
- **17/04/2024 (14:00)** – Audiência pública com a presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) explicando resultados da retomada de obras paralisadas;
- **18/06/2024 (15:00)** – Reunião deliberativa para discussão e votação de requerimentos e audiência pública com o tema “apresentação da regulamentação da Lei nº 14.713, de 2023, que institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia, pelo Ministério da Saúde”;
- **13/11/2024 (15:00)** – Reunião deliberativa para discussão e votação de requerimentos;
- **04/12/2024 (10:00)** – Audiência pública conjunta da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) com a Comissão Externa Destinada a Acompanhar a Conclusão das Obras Públicas Paralisadas e Inacabadas do País, com o tema: Retomada de obras pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

2.3. EVENTOS EXTERNOS

- **05/03/2024 (14:30)** – Visita institucional da Comissão Externa destinada a acompanhar e monitorar a conclusão das obras públicas paralisadas e inacabadas no país à Fundação Nacional de Saúde (Funasa);
- **23/04/2024 (16:30)** – Visita institucional da Comissão ao Tribunal de Contas da União (TCU);



- **26/04/2024 (9:30)** - Visita técnica, para averiguar, in loco, a situação do andamento da obra da adutora do Pajeú, no estado da Paraíba;
- **10/05/2024 (10:00)** - Visita técnica e seminário sobre o anel viário de Brasília, no estado do Acre;

Visita institucional ao Tribunal de Contas da União

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministro Bruno Dantas, recebeu a Deputada Flávia Moraes, coordenadora da Comissão Externa sobre Obras Públicas Paralisadas e Inacabadas no País, no dia 23/04/2024. Na ocasião, a parlamentar conversou com Dantas e equipe do TCU sobre soluções para repactuação de empreendimentos na área de saneamento básico, em especial no caso dos contratos firmados com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em municípios de Goiás.

Acompanhada pelo diretor-presidente da Empresa de Saneamento de Goiás (Saneago), Ricardo José Soavinski, a Deputada explicou que a intenção da Comissão é que a Saneago, empresa de economia mista de serviços de saneamento básico em Goiás, assuma obras paralisadas que estavam sob responsabilidade da Funasa. Segundo Soavinski, seriam cerca de 50 empreendimentos frutos de convênios antigos.

Com esse objetivo, a Deputada Flavia Moraes apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 780/2024, para alterar a Lei nº 14.719/2023, para autorizar a retomada de obras e serviços de engenharia destinados ao saneamento em áreas urbanas e rurais.

Da equipe do TCU, participaram da reunião o secretário de Controle Externo de Infraestrutura (SecexInfra), Carlos Rafael Menin Simões, a auditora-chefe da Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura (AudUrbana), Keyla Araújo Boaventura, a chefe da Assessoria Parlamentar do TCU, Karla Cristina Ferreira, e a chefe de Gabinete da Presidência, Elaine Souza.³

³ Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/presidente-bruno-dantas-recebe-deputada-flavia-moraes-para-tratar-de-obras-publicas-paralisadas.htm>





Visita técnica à adutora do Pajeú/PB

Autor da proposta de visita técnica às obras das adutoras em Pernambuco e na Paraíba apresentada na Câmara dos Deputados, o Deputado Murilo Galdino revelou que ficou garantido, pela empresa responsável e pelo DNOCS, a conclusão das adutoras ainda este ano após a aquisição de novos recursos no valor de R\$ 70 milhões. “Voltarei para Brasília com essa missão de juntar a bancada toda, de mostrar esse movimento para que o Governo Federal, o presidente Lula, que é sertanejo e que sabe a



necessidade de água, se sensibilize e aloque esse recurso para que a obra não seja paralisada”, garantiu o Deputado.

Participaram da visita o Deputado estadual Adriano Galdino, Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), Luiz Hernani, os deputados estaduais Dr. Taciano Diniz, Professor Francisco; o diretor de Infraestrutura do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), além de representantes do Governo da Paraíba e prefeitos da região.⁴



⁴ Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/54539/deputados-inspecionam-obras-da-adutora-do-pajeu-em-teixeira.html>





Visita in loco à obra do anel viário de Brasília/AC

O Deputado Roberto Duarte, membro titular da Comissão Externa sobre Obras Públicas Paralisadas e Inacabadas no País da Câmara dos Deputados, apresentou, em 09 de novembro de 2023, o Requerimento nº 31/2023, para realizar visita técnica no estado do Acre, a fim de averiguar, in loco, a situação do andamento da obra paralisada do Anel Viário no município de Brasília/AC.

A obra iniciou-se em 2021, mas segue suspensa e sem previsão de entrega, sendo que é de extrema importância para a ligação logística da região do Alto Acre com os países fronteiriços: Peru e Bolívia.

O intuito da visita foi identificar e apresentar essa importância às autoridades locais responsáveis pelo término desta obra, para que possam agilizar e buscar finalizá-la.

É importante realçar que enquanto a obra encontra-se paralisada há graves prejuízos aos cofres públicos, uma vez que o retardamento de sua retomada custará ainda mais caro com os ajustes e consertos por deterioração de materiais.



Finaliza-se ressaltando que a visita técnica na obra é de extrema relevância, uma vez que permite uma avaliação detalhada da situação, identificação de problemas e busca de soluções adequadas. A presença dos representantes na obra em questão demonstra o compromisso em resolver o problema e evidencia a importância atribuída à conclusão dessa obra.

A visita técnica se realizou no dia 10 de maio do referido ano, com ponto de encontro marcado para as 8 horas na Praça Edmundo Pinto – Estrada de Eritaciolândia.

Foram convidadas as seguintes autoridades para integrar a visita:

- Ricardo Araújo, Superintendente do DNIT no Acre representando Fabrício De Oliveira Galvão - Diretor-Geral do DNIT.
- João Nicácio Rodrigues Neto, Coordenador de Engenharia do DNIT.
- Sula Ximenes, Diretora do DERACRE.
- Alan Rick, Senador.
- Tadeu Hassem, Deputado estadual, representando Luiz Gonzaga, Presidente da Assembleia Legislativa do Acre.
- Bira Vasconcelos, Prefeito do Município de Xapuri.
- Sérgio Lopes, Prefeito do Município de Eritaciolândia.
- Manoel Maia, Prefeito do Município de Capixaba.
- Fernanda Hassem, Prefeita do Município de Brasília.
- Rubenslei Rodrigues, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Eritaciolândia.
- Marquinhos, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Brasília.

A obra tem como objetivo trazer uma rota que não vá sofrer com as enchentes anuais que ocorrem na região. Além, também, de facilitar o escoamento da produção agrícola de Brasília e Eritaciolândia que tem como destino o Peru e posteriormente os países asiáticos. A ponte é o ponto chave



do anel viário, já que com ela os moradores não ficarão isolados e haverá melhor trafegabilidade do trânsito na região.

A construção da ponte foi orçada em R\$ 35 milhões, e ficou sob os cuidados do Departamento de Estradas e Rodagens do Acre (Deracre), porém, em razão da sua não finalização no prazo pelo governo do estado, o Deracre repassou a obrigação para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), por conta disso será necessário a abertura de um novo edital para licitar a obra.

Neste caso, a obra passará do valor de R\$ 35 milhões para o valor de R\$ 75 milhões, valor necessário para poder finalizar a construção. O órgão justificou que o aumento no valor da construção levou em consideração os reajustes inflacionários dos insumos que serão utilizados. A contratação da empresa que irá continuar a obra está prevista para o final de julho de 2024.

Ao ser finalizada, a obra da Estrada do Pacífico, terá 10,3 quilômetros de extensão. Além de desviar todo o fluxo de veículos pesados da zona urbana, o empreendimento criará um novo eixo de desenvolvimento para Brasileia e Epitaciolândia, beneficiando cerca de 50 mil moradores da região.

As imagens abaixo referem-se à visita in loco que ocorreu no dia 10 de maio de 2024 no município de Brasiléia/AC. A visita foi requerida pelo Deputado Roberto Duarte, com o intuito de vistoriar a paralisação da obra e de ouvir das autoridades os motivos pelos quais a obra encontra-se inacabada.











2.4. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Aprovados os respectivos requerimentos, a Comissão promoveu no período as seguintes audiências públicas:

Audiência pública – 17/04/2024

Tema: Resultados do FNDE na retomada de obras paralisadas e inacabadas na educação básica e profissionalizante.

Palestrantes:

- FERNANDA MARA DE OLIVEIRA MACEDO PACOBAHYBA, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- FLÁVIA DE HOLANDA SCHMIDT, Diretora de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Audiência pública – 10/05/2024

Tema: Retomada das obras da ponte e do anel viário de Brasília e Epitaciolândia, no estado do Acre.

Palestrantes:

- DEPUTADA SOCORRO NERI, Coordenadora do seminário e mediadora;
- DEPUTADO ROBERTO DUARTE, mediador;
- FERNANDA HASSEM, Prefeita de Brasília;
- SÉRGIO LOPES, Prefeito de Epitaciolândia;
- MARQUINHOS, Presidente da Câmara Municipal de Epitaciolândia;
- TADEU HASSEM, Deputado Estadual, representando o Deputado Luiz Gonzaga, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre (ALEAC);
- RICARDO AUGUSTO MELLO DE ARAÚJO, Superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) no Acre;



- OSMAR NILO DE JESUS LIMA BEZERRA NETO, Superintendente da Controladoria Regional da União no Estado do Acre;
- SULA XIMENES, Diretora do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre (DERACRE);
- REGINALDO PONTES, Presidente do Sindicato da Indústria de Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem do Estado do Acre (SINCEPAV), representando a Federação das Indústrias do Estado do Acre (FIEAC).

Audiência pública – 18/06/2024

Tema: Apresentação da regulamentação da Lei nº 14.719, de 2023, do Pacto Nacional pela retomada de obras e de serviços de engenharia, pelo Ministério da Saúde.

Palestrante:

- EWERTHON MARQUES, Coordenador-Geral de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde.

Audiência pública – 04/12/2024

Tema: Retomada de obras pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Palestrante:

- FERNANDA MARA DE OLIVEIRA MACEDO PACOBAHYBA, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

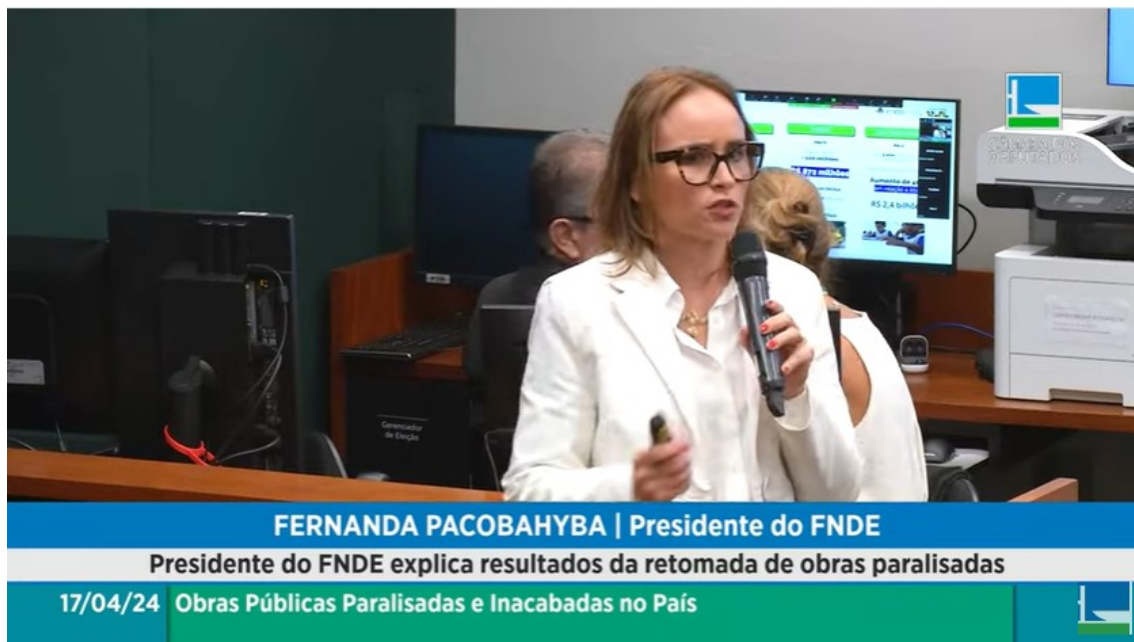
Resultados do FNDE na retomada de obras paralisadas e inacabadas na educação básica e profissionalizante⁵

⁵ Pannel Pacto de Retomada de Obras. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaNDQ3YWU5ZWItNTNiZi00Y2ZjLTkyNTAtMDBhZGE1OGU4NTQ0IiwidCI6ImNmODQ1NGQzLWUwMTItNGE5ZC05NWlzLTcwYmRiNmY0NTIkNSJ9>



Segundo a Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fernanda Pacobahyba, o pacto da retomada é uma aspiração antiga do Governo Federal. Ele traz um conjunto de obras que apresentam algum tipo de delicadeza que precisamos aprofundar desde o ano de 2007. Este nunca foi um pacto fácil para nós de explorar. Quanto mais o tempo passa, obviamente, mais as dificuldades vão se avolumando.



“No primeiro momento, eu trouxe a informação de que o FNDE chama muito a atenção para a questão das obras. Nós temos um orçamento para 2024 da ordem de 100 bilhões de reais. Desses 100 bilhões, praticamente 2% estão relacionados a obras. Todo o restante do orçamento do FNDE não tem a ver com obras. Mas veremos, Deputada Flávia, o quanto essa temática das obras chama a atenção.

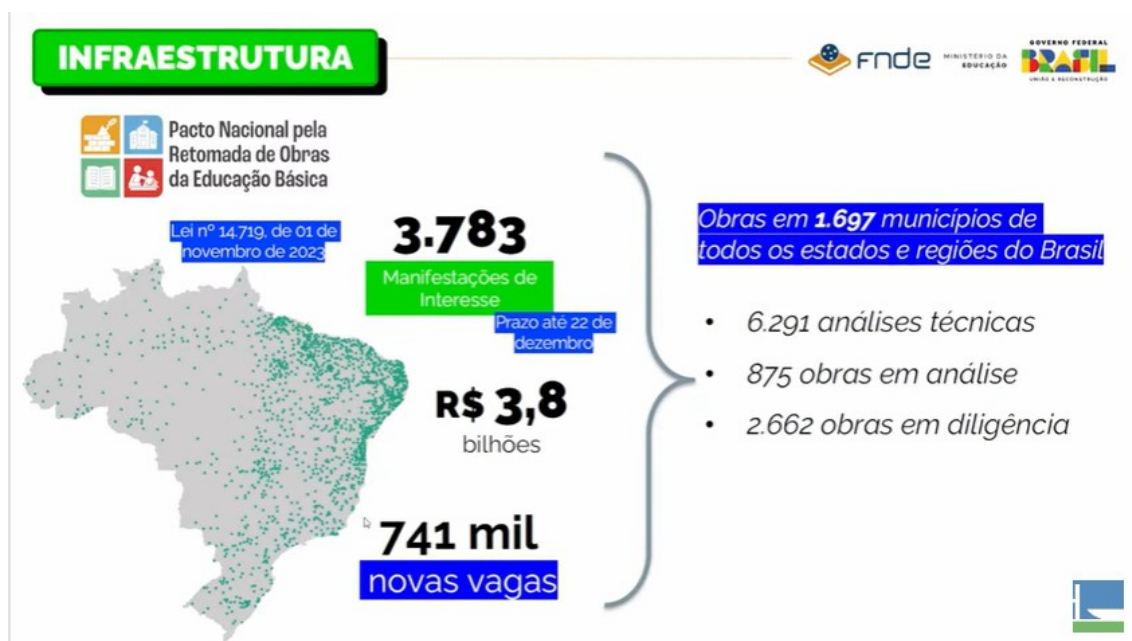
Ao longo de 2023, o FNDE também realizou outros importantes programas que estruturam a educação básica brasileira, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Ao assumirmos o FNDE, vimos que o nosso PNAE estava há 6 anos sem reajuste, Deputado Leônidas, e nós sabemos o quanto o programa é importante. Muitas crianças, especialmente das Regiões Norte e Nordeste, onde há Estados mais pobres, vão às escolas para comer. Então, elas estão em busca da alimentação escolar, algo superimportante. O Presidente Lula, como uma de suas primeiras medidas, trouxe um reajuste de até 39%, 1 bilhão e meio a mais.



Outro programa superimportante, Deputada Flávia, que se conjuga com o das obras, é o programa dos ônibus. O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar — PNATE e o Programa Caminho da Escola são absolutamente fundamentais. Também tivemos reajuste no PNATE, tivemos aquisição de ônibus para o Programa Caminho da Escola, pelo próprio Governo Federal. Realmente, a demanda de ônibus estava muito atrelada às emendas parlamentares, não havia mais orçamento dentro do FNDE para o Caminho da Escola, e esse resgate foi muito importante.

Outro programa que se destacou foi o de incremento na destinação de recursos para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Houve aumento orçamentário, em comparação a 2022, de quase 40%. Foram 2,4 bilhões de reais a mais em 2023, em comparação com 2022, uma cifra importante e uma sinalização importante do Governo Lula para a priorização da educação básica brasileira.

Esse é o desenho que nós temos desse pacto da retomada, esse é o tamanho do nosso desafio. Existem hoje 3.783 obras com manifestação de interesse espalhadas pelo Brasil, um investimento estimado de quase 4 bilhões de reais — obviamente, isso não vai ser realizado em um único exercício, isso vai ser executado em até 4 anos —, e a expectativa é de que esse plano, ao ser retomado, gere 741 mil novas vagas.



Uma coisa importante a sinalizar — eu vou já falar o caminho do tempo, Deputada, que a senhora acompanhou muito desde a medida provisória, foi uma das primeiras coisas que nós tratamos com a CGU, com a própria AGU à época e com o Tribunal de Contas da União — é que, desde que nós começamos a atuar firmemente nesse plano, já foram realizadas 6.291 análises técnicas, 875 dessas obras hoje estão em análise no FNDE e 2.662 estão em diligência, no Município ou no Estado. Se pegarmos todo esse plano de retomada, veremos que ele vai impactar 1.697 Municípios em todo o Brasil.

Atualmente, qual é a situação do plano? Já foram deferidas 34 obras e 28 estão repactuadas. Então, basta somarmos essas cifras. O FNDE tem um projeto para este ano que eu acho que é um dos mais lindos que já tivemos a oportunidade de realizar no âmbito do FNDE, que se chama FNDE Chegando Junto. Nós elegemos o Estado do Amapá e a região da Ilha do Marajó, que fica no Estado do Pará, como as duas regiões prioritárias para a atuação do FNDE. O Estado do Amapá tem o pior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB, do Brasil, e nós já fazíamos um trabalho na região do Marajó, liderado pela nossa Secretária Izolda. Marajó é uma região extremamente importante, com indicadores que nos chamam a atenção. Aí nós temos obras na retomada do FNDE Chegando Junto. Estivemos com o Prefeito de Bagre e com o Prefeito de Portel na semana passada. Só para vocês terem uma dimensão do projeto, vai ser construída a primeira creche em Bagre. Deputado, nós temos imagens. Eu estive lá pessoalmente, nesse "esqueleto", entre aspas, da obra, que está com 50% de execução. A criançada estava brincando por ali. Estamos retomando essa obra, o termo já foi deferido, e o Prefeito já está encaminhando as fases de licitação, o que é superimportante para aquela comunidade.

Outra sinalização superimportante do Governo Lula foi o lançamento do Novo PAC. Há cerca de 1 mês, o Presidente Lula trouxe o Novo PAC, que prevê a construção de 1.178 creches, 685 escolas em tempo integral, o que dá 2.678 obras, também de responsabilidade do FNDE, e a aquisição de mais 1.500 ônibus escolares. Ontem fizemos o primeiro empenho de ônibus escolar. Até o final do mês já deveremos ter uma sinalização bem importante de praticamente todos esses ônibus, e isso vai também se espalhar



pelo Brasil como um todo. Lembro que, na nossa projeção, nós firmamos o compromisso de finalizar essas novas obras do PAC antes do período eleitoral. Então, elas têm termos de compromisso firmados até 28 de junho. Temos hoje um conjunto de 3.600 obras em andamento, de 3.783 obras na retomada, de 2.678 obras no PAC, o que dá algo em torno de 10 mil obras para a educação neste Governo Lula, com recursos já previstos plurianualmente, que devem chegar a quase 18 bilhões de reais, e com expectativa de geração na educação básica brasileira de algo em torno de 1 milhão e 300 mil novas vagas.

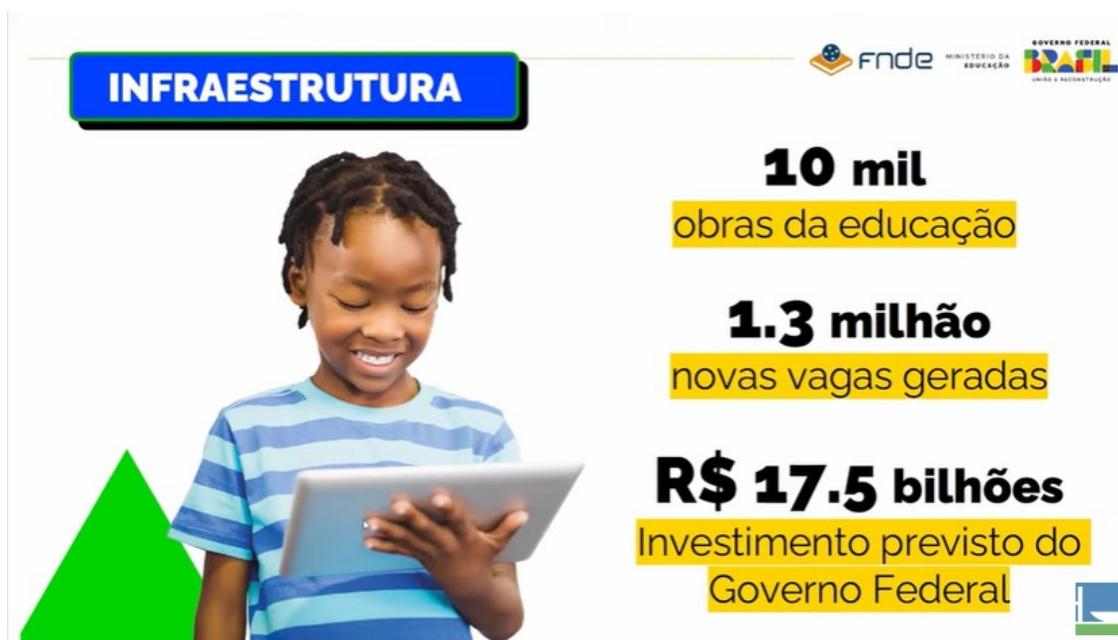


Especificamente no tocante ao pacto, eu sempre falei nas minhas palestras, Deputado Leônidas, que havia dois diferenciais nesse pacto da retomada, que jamais houve e que é uma vitória deste Governo que precisamos reconhecer. A mais importante dessas vitórias é a possibilidade de reajuste dos valores dessas obras. Imaginemos que, em Sobral, haja uma obra inacabada ou paralisada, Deputado, do ano de 2010. Como é que tradicionalmente o FNDE fazia? Ele fazia um termo de compromisso e dizia: "O.k., vamos repactuar. Retome sua obra, mas retome com o preço de 2010". Imaginemos isso agora, em 2024. Sabemos das dificuldades dos Municípios e dos Estados, sabemos que a questão fiscal é uma dificuldade constante, que não há viabilidade realmente de retomada, caso o ente não disponha de um valor, eu diria, importante para realizar a contrapartida e



conseguir realizar o objeto. Então, pela primeira vez na história do Brasil, por meio de uma lei — e aí a liderança da Deputada Flávia foi fundamental aqui na Câmara dos Deputados —, foi aceita essa questão da repactuação com o indicador.

E mais, gente: eu diria que foi um indicador honesto. Repactuar pelo INCC significa admitir o indicador que é apropriado para a construção civil, porque houve estudos relacionados ao IPCA e a outros indicadores, mas nenhum deles reflete tão bem os custos da construção civil quanto o INCC, e é esse que o Governo Federal está admitindo nesse pacto de retomada de obras.



O segundo diferencial é que, tradicionalmente, esses termos de repactuação são feitos entre o FNDE, do Governo Federal, e o ente municipal ou o ente estadual. Então, é um contrato bilateral, basicamente. Pela primeira vez, nós estamos admitindo a trilateralidade. Por quê? Porque vai ser possível. Nós vemos o engajamento de muitos Governadores de muitos Estados, e o Ministro Camilo Santana tem estimulado isso. Vemos o exemplo do Estado do Ceará, com uma boa liderança do Governo, chegando junto dos Municípios e podendo eventualmente participar, eu diria, no rateio desses custos, com vista à promoção de uma educação básica de melhor qualidade. Então, pela primeira vez nós estamos admitindo, a partir do pacto da retomada, a trilateralidade. O Governo do Estado do Ceará, dependendo da situação do



Município, pode injetar recursos do Estado para finalizar as obras. Eu acho que esses dois marcadores são fundamentais, mas o primeiro, sem sombra de dúvida, é um grande avanço para nós nesse pacto.

O papel do Governo Federal não é fazer a obra. O nosso papel é, de fato, criar os termos de compromisso, para gerar a transferência de recursos, mas os entes, os Municípios e os Estados, precisam fazer a parte deles também no sentido da licitação, da retomada de obras. Eu acho que quem conhece a dinâmica do FNDE já sabe como isso funciona.

Ampliamos os prazos. Por que ampliamos, gente? Depois de quase 1 ano e 4 meses à frente do FNDE, uma coisa está muito clara — e está aqui a nossa equipe de engenharia, a nossa equipe de obras: nós temos um desafio muito grande com relação ao papel da ponta. Por isso é importante a presença do pessoal da CNM aqui. De fato, os Municípios brasileiros são muito heterogêneos. Há Municípios que têm mais capacidade de dar essas respostas. Para retomar uma obra que está parada há 10 anos, você precisa fazer um levantamento complexo, você precisa ter laudos de engenharia consistentes, você precisa ter o replanilhamento de valores. Às vezes, a forma como a escola estava sendo idealizada hoje não faz mais sentido. Então, houve possibilidade de alteração de projeto também. Tudo isso demanda também uma equipe de qualidade na parte dos Municípios. Aí, obviamente, com essa disparidade, eu diria, de potencialidades dos nossos Municípios — alguns são mais ágeis, outros nem tanto, não têm equipe, dependem de consultoria, dependem de algum outro tipo de profissional para assessorar —, nós ampliamos esses prazos, para que todo mundo chegue junto de fato a esse cenário tradicional de conseguirmos efetivar essas 3.783 obras.

O que nós temos para hoje? Nosso foco hoje, de fato, são as obras que têm mais de 50% de execução. Já que não temos o orçamento todo de uma vez e precisamos priorizar, a prioridade é para aquelas obras que tenham mais de 50% de execução. Para essas já foram emitidos laudos e feitos replanilhamentos. Essas seis mil e tantas diligências estão relacionadas a essas obras. Mas, para as obras com execução física menor do que 50%, há todo um passo a passo, que está bem explicitado, com diversos manuais. Eu vou já falar um pouco do que nós fizemos na ponta, Deputada, para facilitar a



vida dos Prefeitos e dos Governadores. Aí a pergunta que não quer calar é esta: por que nós não conseguimos ir mais ligeiro, como dizemos no Nordeste? Por que as nossas repactuações não são mais ágeis? É um processo complexo, nós precisamos admitir isso. Se fosse fácil, Deputada Flávia, já se teria feito. Então, eu tenho muita tranquilidade de dizer isto: não é um problema fácil. Mas eu sou muito instigada com esse desafio da retomada, eu creio muito firmemente nele. Eu sei que vai dar muito trabalho para todo mundo, mas, pelo resultado dele, eu tenho certeza de que vai valer muito a pena dizer que conseguimos resolver esse problema no Estado brasileiro relacionado à educação básica. Eu creio muito nisso.

É um processo complexo. Há necessidade de uma avaliação técnica, especialmente com profissionais de engenharia, arquitetura, relacionada à segurança, à acessibilidade. Deputada, projetos que foram feitos, por exemplo, em 2008, não tinham requisitos seguros de acessibilidade. Hoje os projetos são totalmente diferentes. Nós não podemos mais aprovar um projeto que não tem item de acessibilidade. Então, isso muda todo o projeto. As pessoas acham que é só colocar uma rampa. Não é bem assim. Isso muda o projeto como um todo, isso é algo que demanda tanto da parte de cá quanto da parte do Município uma estrutura. Flávia conseguiu uma padronização, uma expectativa. Uma diligência demora, mais ou menos, 4 horas para ser reanalisada. Então, da nossa parte, nós estamos muito seguros com relação à equipe que é necessária. Como eu falei, esses profissionais são necessários não só para o FNDE, mas também para os Municípios.

Lembro também algo interessante. O Ministro Camilo esteve com o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Vou já trazer fotos aqui. Nós celebramos com o Conselho Nacional de Justiça e com o STF um acordo de cooperação justamente no tema da dominialidade. Por quê? Porque todo mundo que já foi Prefeito sabe que o grande problema hoje para construir uma escola se chama "terreno". Ao longo desse tempo já houve momentos em que se exigiu o terreno no começo, depois se retrocedeu. Então, cada obra é uma obra, gente. Cada obra dá um verdadeiro livro com relação à quantidade de documentos que há: o quanto transitou, o quanto foi pago, o quanto não foi



pago. Então, a análise é muito individual. Não há processos repetitivos aqui. Cada processo é, de fato, um processo, com as suas complexidades.

Eu já falei que nós ampliamos os prazos dos Municípios. Talvez precisemos ampliá-los novamente, porque nós queremos, de fato, que todo mundo chegue ao final. Alguns nós sabem que, lá no final, vamos ter que pegar pela mão mesmo. Nós estamos muito conscientes disso. Estamos reforçando a equipe por conta disso. Mas todos nós precisamos estar plenos.

Uma coisa que também é importante ressaltar, Deputada, que eu falo muito para os Prefeitos que vão ao FNDE, é que não significa que, ao final, nós teremos 3.783 obras novas. Algumas delas têm problemas estruturais graves, e a solução é simplesmente cancelar a obra. É inviável retomar. Então, precisamos agir com muita responsabilidade e compreender que o gol, a vitória do nosso Pacto pela Retomada não é ter, ao fim, 3.783 obras, Deputado; é ter todas aquelas que são viáveis de recuperação, que são seguras para as nossas crianças e para os nossos adolescentes e que são necessárias. Olhamos cada um dos Municípios. Há Municípios que têm muitas obras no Retomada. Eu me lembro de um Município do Norte, que estava lá com o que nós chamamos vulgarmente de "esqueleto" no meio do mato. A comunidade que ali vivia não está mais lá, migrou, porque é uma comunidade que funciona muito de acordo com leito de rio, etc. Então, não há mais absolutamente ninguém lá, não há necessidade de obra. O Prefeito me disse: *"Fernanda, eu não retomar essa obra". "É exatamente isso, Prefeito. Entre com um processo para cancelar essa obra, ela não deve ser concluída. Não faz sentido fazer essa obra, porque não há mais comunidade ali do lado."* Então, o gol final não é terminar no número. Isso é superimportante. Sempre ressaltamos isso.

O FNDE é um órgão que tem 55 anos. Foi estruturado num momento da educação brasileira em que havia uma ansiedade muito grande por estabelecer programas nacionais. E, aí, quando você faz programa nacional, praticamente você leva todo mundo para a mesma régua, calcula um *per capita* e oferece. O Brasil não é mais assim. As dificuldades brasileiras são dificuldades que você consegue separar. Você tem indicadores para saber se uma região está melhor, se uma região está pior. E precisamos, de fato,



estar na localidade, compreender o grande desafio de equidade do nosso Brasil, incluindo as nossas obras.

E, aí, o que fizemos para estar juntos, para compreender esse local? Por que esses 1.697 Municípios não chegaram, digamos, a resolver esse problema até hoje? Há vários atos normativos; a questão das tratativas jurídicas relacionadas à dominialidade; o problema dos terrenos da educação básica, que realmente é um dos grandes problemas. Semana passada tivemos reuniões intensas com a Casa Civil, com a Controladoria-Geral da União. Justamente hoje foi publicado um decreto que, acredito, vai fazer uma grande revolução nas nossas obras da educação básica. Ele está relacionado muito a projeto e à dominialidade. O acordo no âmbito do CNJ também é superimportante.

Temos um evento virtual chamado FNDE Dialoga, em que tratamos de questões pontuais. O Retomada já esteve em vários FNDE Dialoga. Fazemos por Estado, trazendo a realidade dele, os números dele, quais são os Municípios dele que têm dificuldades.





EVENTOS PÚBLICOS DE DIVULGAÇÃO

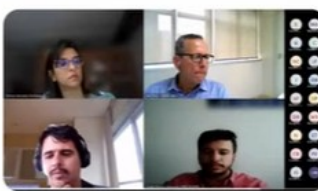
FNDE Dialoga
Realizadas desde 2023 para divulgação do Pacto, via Youtube, por UF;

Lives por UF
divulgação do Pacto;

Lives do FNDE



Região Norte - FNDE DIALOGA - FUNDEB



Região Sudeste - FNDE DIALOGA - FUNDEB

Hoje, a educação básica tem outro parceiro extremamente importante, além da CNM e da Frente Nacional de Prefeitos, que é a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação — UNDIME. É uma rede muito forte também, que consegue se conectar. Já fizemos eventos com eles, *lives* técnicas específicas também, algo que é extremamente importante,



eventos públicos, caravanas federativas. Em cada um desses eventos, eu não tenho medo de errar, os stands do FND são os stands mais procurados. Nós estamos sempre no topo do número de atendimentos, porque, de fato, há uma aspiração muito grande de solução lá. E nesses eventos o tema do Retomada é o nosso carro-chefe hoje. Realizamos eventos presenciais tanto com o Tribunal de Contas da União quanto com o MGI, no Fórum Parcerias. Eu acho que essa é a grande sacada, Deputado Leônidas Cristino, apesar de toda a dificuldade que nós temos. Somos um continente e realizar política pública em um continente não é fácil. Desde o ano passado, nós criamos o Balcão Virtual do FNDE. Esse Balcão Virtual é basicamente o quê? Você entra no site do FNDE para marcar uma reunião técnica com o engenheiro que está aqui em Brasília. *"Ah, não tenho dinheiro para a passagem, não tenho diária."* Não há necessidade disso. Você marca a reunião, e um dos nossos engenheiros, dos nossos técnicos, estará do outro lado da linha. Já foram mais de mil atendimentos só para esse pacto, Deputada Flávia Moraes. Então, esse é um número grandioso, que expressa tanto a nossa disponibilidade, quanto o interesse dos Municípios em estar junto resolvendo esse problema.

Realizamos também vários atendimentos e reuniões presenciais com relação ao pacto.

Temos também o Desenrola Pacto. Inclusive, V.Exa. esteve presente no evento de Goiás. Já tivemos 250 atendimentos presenciais só relacionados ao Retomada — é só dele que estou falando. Esse Desenrola Pacto já esteve em Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão. Agora em abril, estão previstos atendimentos no Piauí, Pará e Amazonas. Durante esse Desenrola, nós temos atendimentos exclusivos para o Retomada.

Lembro também que, quando falamos do Retomada, basicamente cinco Estados já têm mais da metade dessas obras. O campeão de obras inacabadas e paralisadas do Brasil é o Estado do Maranhão. Depois, nós temos o Estado do Pará; depois, temos a Bahia; depois, temos o Ceará; e, depois, Minas Gerais. Basicamente, nesses cinco Estados nós temos



trabalhado com muita intensidade, porque são Estados que têm quantidades boas...

Temos parcerias com o TCU e com o CNJ.

Quais são os nossos próximos passos, coisas que estamos elaborando ainda, na busca por esse orçamento para conseguirmos implementar essas ações? Dentro dos nossos programas nacionais, especialmente dentro da alimentação escolar, dentro do programa dos ônibus e do PDDE — Programa Dinheiro Direto na Escola, nós já temos, há vários anos, parcerias importantes com universidades federais e com institutos federais. O que nós estamos trazendo? Estamos trazendo um centro colaborador, o CECOB — Centro Colaborador de Obras Educacionais. E o foco dele vai ser nesses cinco Estados.

Então, vamos imaginar, Deputado Leônidas Cristino — o senhor que conhece o Ceará —, o Instituto Federal do Ceará. Vamos chamar o Magnífico Reitor Wally e dizer: *"Wally, você vai cuidar das obras do Retomada aqui no Estado do Ceará"*. Por quê? Porque o Instituto Federal do Ceará tem engenheiros, tem arquitetos e pode ajudar não só o Estado do Ceará, mas também os Municípios cearenses. Os IFs hoje têm uma rede de capilaridade importante. A nossa ideia é criar esses centros colaboradores nos cinco Estados que têm maior número de obras inacabadas e paralisadas.



PARCERIAS – TCU E CNJ

- O FNDE também realizou uma série de agendas com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ e com o Tribunal de Contas da União – TCU;
- O apoio fundamental no auxílio à segurança jurídica e no apoio ao desembaraço de questões práticas, como da dominialidade.



Esse é um processo que já está muito adiantado. Nós não temos o recurso ainda, mas pedimos a movimentação semana passada na Casa Civil. Estamos aguardando a janela orçamentária para efetivarmos isso.

Sobre o reforço da equipe do FNDE tem-se falado muito. De fato, a nossa equipe é uma equipe enxuta, é uma equipe que trabalha muito, muito, muito. É impressionante o ritmo, não tem dia, não tem hora. É impressionante a dedicação dela. Nós temos muito trabalho no FNDE. Ao assumirmos, ano passado, nós estávamos sem concurso no FNDE desde 2012. Conseguimos a aprovação do concurso. Nós o realizamos e estamos aguardando a chegada de cem novos colegas agora. Nós teremos também um concurso especificamente para profissionais temporários de engenharia e arquitetura. Esses profissionais irão, sem sombra de dúvida, agigantar essa equipe do Retomada. Este painel, Deputado, é o nosso próximo passo. Até conversei ontem com o Dr. Ronald, da CGU, e hoje de manhã com o Cezar Miola, Vice-Presidente da ATRICON, sobre o nosso painel. Esse painel já está em produção, mas está apenas interno. Nós já estamos vendo onde divulgaremos esse *dashboard*, qual é a melhor forma de publicizá-lo. Ele já contém um indicador de obra por obra. Quais são as obras no Ceará? O.k., no Ceará, no Município de Crato, há quantas obras? Em Crato, há uma quadra, que fica na rua tal. Ela já teve tantas diligências e hoje o *status* é que está na mão da Prefeitura para retornar à diligência. Então, esse *dashboard* já está preparado. Aqui eu trouxe só uma carinha dele. Nesse mapa azul, essas bolinhas azuis são, de fato, a concentração das obras. Aqui, por Estado, esse número é um dado real. Embaixo, você consegue saber a localização, o *status* de localização, se é uma ampliação, se é uma educação infantil, se é uma reforma. As quadras esportivas são muito importantes no Retomada. Nós temos mais de mil quadras no Retomada. Esse item é muito importante. Isso aqui vai trazer muita transparência. Fazemos também agora uma pesquisa de maturidade. O FNDE jamais fez uma pesquisa nesse sentido. Como é a maturidade desse Município? De qual instrumento ele dispõe para poder aderir a um plano desses e ser exitoso? De fato, a cobrança fica focada no FNDE, mas nós precisamos contar com uma ponta forte, com um Município forte, um Município estruturado, com um Estado forte, um Estado estruturado, para que o



plano dê certo. Estamos realizando essa pesquisa de maturidade também para ajudar Estados e Municípios. Eu queria finalizar agradecendo, mais uma vez, Deputada, a oportunidade de aqui falar. Agradeço a presença dos Deputados, isso nos honra muito. E eu quero me colocar sempre à disposição. O FNDE, de fato, tem as portas abertas para absolutamente todos e todas que quiserem ir lá. Esse é um plano superimportante, é um plano em que nós acreditamos. Nós sabemos que o desafio não é fácil, mas está todo mundo muito engajado e crendo que isso pode acontecer. Agradeço, mais uma vez, à minha equipe, que sempre faz a grande transformação e o grande milagre no âmbito do FNDE, e também a parceria sempre profícua da CGU”.



Por que as repactuações não são mais ágeis?

- ➡ **Processo complexo de análise**
- ➡ **Necessidade de avaliação técnica de requisitos:**
segurança, habitabilidade, acessibilidade, aderência dos projetos, composições de custo e orçamentação.
- ➡ **Desafio dos entes em cumprir as diligências**

04 hrs

para **análise** de **uma obra**

Implementação do Painel do Pacto

Informações 
georreferenciadas

Status das 
**obras, diligências,
ficha técnica**
e muito mais.

Transparência e monitoramento
órgãos de controle e sociedade



A Diretora de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais do FNDE, Flávia de Holanda Schmidt, afirmou que chegou ao FNDE em 27 de janeiro e já recebeu uma nota técnica, com o número de obras paralisadas, o número de obras inacabadas e também o valor da dívida que havia com os Municípios naquela ocasião. Então, assumiu não somente com esse estoque de obras paralisadas e inacabadas, para o que está havendo esse enfrentamento, muito bem apresentado pela Presidente, mas também, e especialmente, com 700 milhões em dívidas de Estados e Municípios, as quais,



em menos de 3 meses, conseguimos colocar em regularidade. E hoje, salvo raríssimas exceções — que normalmente são erros de sistema, são coisas muito residuais —, as obras estão com suas parcelas já executadas e em dia.

“Em relação ao ponto que a CNM apresentou — e é muito importante trazer isso a debate, porque acabamos focando muito a retomada das obras —, existe um conjunto de obras que está em situação também delicada e que precisa da atenção do FNDE. Isso decorre de pactuações entre a União e os entes federativos. Na semana passada, a CNM nos pediu esses dados, cujo levantamento terminamos hoje, e até autorizei o envio para os senhores agora de manhã.

Só para qualificar um pouco isso, havia 1.859 obras que estavam no conjunto das que seriam passíveis de manifestação de interesse, mas, findo o prazo em 22 de dezembro, não houve essa manifestação. Dessas obras, somente 691 têm *status* de paralisada ou inacabada, porque 1.167 são obras que decorrem daquela preocupação que os senhores haviam compartilhado conosco e que se refletiu no texto da Lei nº 14.719, de 2023: são obras em execução, apesar de que em ritmo lento, que poderíamos tratar, grosso modo, como obras paralisadas de fato, ainda que o Município ou o Estado não tenha registrado a paralisação.



Então, desse conjunto de 1.859 obras, 558 são obras inacabadas que devem entrar de fato nesse processo de cancelamento, e 133



são obras com *status* de paralisada, em que não houve a opção pelo Estado ou pelo Município de participar do pacto e ter acesso às condições diferenciadas do mesmo. Mas 1.167 são obras em execução. E, dessas 1.859 obras, menos de um terço de fato vai entrar nesse regime.

Nós vamos publicizar esses dados — eu acho que esse aspecto que vocês trazem é muito importante — e conversar com a nossa comunicação, com a nossa área de atendimento institucional, para que possamos ter, de repente, uma página no nosso portal também orientando os próximos passos para esses casos. Eventualmente, o Município tem lá uma obra para ser retomada, mas se trata de uma obra na qual ele não manifestou interesse.

Eu acho muito importante este ponto que você falou, que a CNN instou os gestores a refletir sobre a necessidade daquela obra antes que ela fosse retomada. Essa foi uma preocupação nossa muito grande também. Ele vai ter uma obra para ser retomada, mas ele vai ter uma obra que vai ser cancelada. Ele tem as duas preocupações no mesmo território. Então, nós nos comprometemos publicamente a disponibilizar esses dados e, de repente, até fazer eventos de comunicação, *lives*, atendimentos focados nesses Municípios que estão dentro dessas 691 obras, especialmente as 558 inacabadas”.

Seminário sobre a obra parada e inacabada do Anel Viário de Brasília/AC

A Deputada Socorro Neri, membro titular da Comissão Externa sobre Obras Públicas Paralisadas e Inacabadas no País, da Câmara dos Deputados, apresentou, em 29 de outubro de 2023, o Requerimento nº 28/2023 para realizar Seminário no estado do Acre, a fim de debater o andamento das obras públicas que receberam recursos federais no Estado, com enfoque na construção do Anel Viário em Brasília.

A obra iniciou-se em 2021, mas segue suspensa e sem previsão de entrega, sendo que é de extrema importância para a ligação logística da região do Alto Acre com os países fronteiriços: Peru e Bolívia.

A ponte que liga as cidades de Brasília e Epitaciolândia é considerada uma obra estratégica para o tráfego na Rodovia Interoceânica,



que vai até o Peru, o que promoverá a integração econômica e social dos países da América do Sul. O contorno viário facilitará o comércio acreano com a Ásia. A obra prevê ainda 10 quilômetros de estrada, contornando os dois municípios.

Com a conclusão das obras se espera retirar os veículos de carga, que fazem exportação pela BR-317, do tráfego das cidades, preservando as vias urbanas. Além de facilitar o tráfego na região, as obras beneficiarão mais de 50 mil habitantes e movimentarão a economia com a geração de emprego e renda.

Devido a uma indisponibilidade da Deputada Socorro Neri, por motivos justificáveis, não pode comparecer ao seminário, passando a coordenação para o deputado Roberto Duarte.

O Seminário foi realizado no dia 10 de maio de 2024 na Câmara Municipal de Vereadores do município de Brasiléia/AC, com início às 10h30.

A obra tem como objetivo trazer uma rota que não vá sofrer com as enchentes anuais que ocorrem na região. Além, também, de facilitar o escoamento da produção agrícola de Brasiléia e Epitaciolândia que tem como destino o Peru e posteriormente os países asiáticos. A ponte é o ponto chave do anel viário, já que com ela os moradores não ficarão isolados e haverá melhor trafegabilidade do trânsito na região.

A construção da ponte foi orçada em R\$ 35 milhões, e ficou sob os cuidados do Departamento de Estradas e Rodagens do Acre (DERACRE), porém, devido o governo do estado não ter finalizado a obra no prazo, o DERACRE repassou a obrigação para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), por conta disso será necessário à abertura de um novo edital para licitar a obra. Neste caso, a obra passará do valor de R\$ 35 milhões para o valor de R\$ 75 milhões, valor necessário para poder finalizar a construção.

O órgão justificou que o aumento no valor da construção levou em consideração os reajustes inflacionários dos insumos que serão utilizados.



A contratação da empresa que irá continuar a obra está prevista para o final de julho de 2024.

Ao ser finalizada, a obra da Estrada do Pacífico, terá 10,3 quilômetros de extensão. Além de desviar todo o fluxo de veículos pesados da zona urbana, o empreendimento criará um novo eixo de desenvolvimento para Brasileia e Epitaciolândia, beneficiando cerca de 50 mil moradores da região.

Exposição do seminário

O seminário foi coordenado pelo Deputado Federal Roberto Duarte que fez sua fala de abertura falando da suma importância econômica dessa construção para o estado, pois, vai abrir portas para o crescimento e desenvolvimento do Acre, visto que a obra alcançará outros países e principalmente os que estão na fronteira com o estado: Peru e Bolívia. Além disso, o deputado questionou a paralisação de uma obra tão importante e cobrou das autoridades presentes uma maior agilidade na retomada da construção dessa obra.

Fala do Deputado: “Viemos a Brasília verificar a situação da ponte do anel viário e, além disso, realizamos este seminário aqui na Câmara de Vereadores para debatermos toda a obra do anel viário, que é de suma importância para o alto Acre, tanto em questão de melhorias na trafegabilidade local, quanto em razão do crescimento econômico, não só da região do Alto Acre, mas para todo o estado”.





O Superintendente do DNIT no estado do Acre, Ricardo Araújo, declarou que a obra foi repassada do Governo do Estado para o Governo Federal, pois, devido a questões inflacionárias em insumos, a obra teve um acréscimo relevante em relação ao valor inicial, ficando inviável o término para o governo acreano.

“Acertamos com o governador que o DNIT assumirá este convênio e vai licitar o remanescente desta obra e entregar ao Acre este empreendimento. Queremos retomar este projeto o mais rápido possível, para isso vamos precisar de mais emendas para o término da construção da ponte já que os insumos para a construção civil tiveram aumento”. Declarou Ricardo.

A prefeita do município de Brasiléia, Fernanda Hassem, enfatizou sobre a valorização que o município terá com o término da obra, bem quanto, sobre o crescimento econômico e em consequência o desenvolvimento social da população do Alto Acre. Também agradeceu ao deputado Roberto Duarte pela destinação de emendas para o município e também pela fiscalização realizada pelas autoridades responsáveis.

“Primeiramente, quero agradecer ao deputado Duarte por ser o campeão no envio de emendas para Brasiléia e, logicamente, agradecer pela fiscalização que está sendo feita nesta obra inacabada da ponte do anel viário. Essa obra vai além do aspecto comercial, é uma obra humanitária. Essa ponte



acabará com o isolamento de Brasília durante os períodos de enchentes.” Finalizou a prefeita, Fernanda Hassem.



Também foram ouvidos o senhor Osmar Bezerra, superintendente da Controladoria Regional da União, reafirmando que a controladoria não barrou a construção da obra, mas que foi realizada uma minuciosa fiscalização, visto que os valores estavam muito acima do que foi cotado no início. “Quero deixar bem claro que a CGU não barrou nenhuma obra no Acre, o que foi pedido pelo o órgão fiscalizador foi a transparência nos gastos que a empresa que estava realizando a obra. Nós encontramos divergências de preços cobrados pela empresa, todos os valores estavam acima do que foi cotado inicialmente”. E a senhora Sula Ximenes, diretora do DERACRE. Sula confirmou que o órgão repassou todo o projeto ao DNIT, além do anel viário, também a construção da ponte no município. “O DERACRE garantiu uma nova ponte, de 251,5 metros de comprimento, e 15,95 metros de largura, contando com duas faixas de rolamento para veículos, além de acostamento e passarela de pedestres, que será entregue ao DNIT”, ressaltou a diretora.

Por fim, as autoridades firmaram um acordo de trabalharem constantemente e com maior determinação para que a obra seja finalizada o



mais breve possível, viabilizando melhorias estruturais, econômicas e sociais para a região do Alto Acre.

Destaca-se que a obra do Anel Viário beneficiará, além de Brasília, os municípios de Xapuri, Epitaciolândia, Assis Brasil e Capixaba, que compõem a região.



Regulamentação da Lei nº 14.719/2023, do Pacto Nacional pela retomada de obras e de serviços de engenharia pelo Ministério da Saúde⁶

No dia 18/06/2024, a Comissão Externa destinada a acompanhar e monitorar a conclusão das obras públicas paralisadas e inacabadas no país promoveu audiência pública com a apresentação do Ministério da Saúde a respeito da regulamentação da Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023, que institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviço de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde.

Representando o Ministério da Saúde, o Sr. Ewerthon Marques, Coordenador-Geral de Planejamento e Orçamento da Secretaria de

⁶ Retomada de obras da saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/retomada-de-obras>



Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde, e ressaltou a necessidade da manifestação até o dia 23/08/2024, para que os gestores possam informar e encaminhar as documentações necessárias para podermos finalizar essas obras.



Segundo Ewerthon, a Portaria GM/MS nº 3.084, de 12 de janeiro de 2024, do Ministério da Saúde, regulamenta a Lei nº 14.719/2023. A referida Portaria regulamenta apenas as obras pertencentes ao Ministério da Saúde. Foram colocadas aproximadamente 5.500 obras como elegíveis. Essas obras trazem Unidades Básicas de Saúde (UBSs), com um grande volume de obras inacabadas, em torno de 4.200. Há também outras obras, como, por exemplo, Unidade de Pronto Atendimento, a Academia de Saúde, o Centro de Atenção Psicossocial, o Centro de Reabilitação. Vocês podem ver, nesta página, que um breve resumo disso. Temos também um painel que demonstra todas essas obras e em que *status* cada uma delas está.

“Logo após a publicação desta Portaria, seguiu o andamento do fluxo que é estabelecido por na Portaria. A primeira etapa seria a demonstração de interesse. Havia cerca de 5.500 obras que estavam como elegíveis. Dessas 5.500, houve cerca de 3.500 manifestações de interesse, por parte dos gestores, em retomar as obras, sendo que retomar significa repactuar ou reativar as obras.



Houve então a seguinte subdivisão: na repactuação, vão ter que retomar e reconstruir a obra, porque ela foi paralisada em algum momento da construção. Na reativação, vão simplesmente informar que essa obra já consta como concluída, apesar de constar na nossa base como uma obra inacabada. Muitas vezes isso ocorre porque não houve alimentação, por parte do gestor, da conclusão dessa obra. Por meio dessa portaria, o gestor terá oportunidade de nos informar isso, a fim de que não tenha que devolver os recursos federais empregados na obra, pois todas as construções que são firmadas no Ministério da Saúde com os gestores locais são regidas por uma portaria que prevê prazos a serem cumpridos. Caso esses prazos não sejam respeitados, o gestor deve devolver os recursos, mesmo que porventura tenha feito essa obra com recursos próprios. Mesmo assim, ele vai acabar tendo que devolver esses recursos ao Ministério da Saúde.

Então, tivemos essas 3.500 manifestações, que constam divulgadas hoje no nosso painel. Além dessas 3.500 manifestações, que era o primeiro momento — esse primeiro momento já foi encerrado no mês passado —, passamos ao segundo momento. Ou seja, agora que já manifestaram interesse — das 5.500 elegíveis, 3.500 que já se manifestaram dizendo que têm, sim, interesse, que querem continuar com essa obra ou informar que essa obra já foi concluída. Aí passamos para a segunda etapa, que é a apresentação da documentação necessária para que possamos ver o andamento dessas propostas.

Então, o gestor tem que ingressar no InvestSUS e apresentar a sua proposta. Tudo isso já foi divulgado em *lives* do Fundo Nacional de Saúde. No *site* do Fundo Nacional de Saúde também há a divulgação desse painel, bem como o passo a passo de como fazer a proposta. É fundamental que isso seja feito até o dia 23 de junho, prazo que já foi prorrogado. Em tese, o prazo iria até o final do mês de maio, mas ele foi prorrogado para o final do mês de junho. A princípio, não haverá mais prorrogações.



MAIS DE 5,5 MIL OBRAS PODERÃO SER RETOMADAS,

permitindo a construção, ampliação ou reforma de:



4.207

Unidades Básicas de Saúde (UBS)



833

Academias de Saúde



198

Unidades de Pronto Atendimento (UPA)



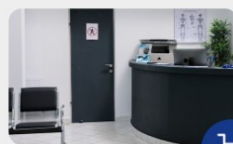
93

Centros de atenção Psicossocial



72

Unidades de Acolhimento



40

Ambiências



35

Centros Especializados em Reabilitação (CER)



Nesse momento nós temos ainda 2.700 propostas sem a documentação necessária enviadas para análise. Então, dos 3.500 que demonstraram interesse, 2.700 ainda não cadastraram as suas propostas com a documentação necessária. Mas é fundamental — e faço um apelo aqui — que todos os gestores realmente façam isto até o dia 23: cadastrem as propostas e enviem a documentação necessária. Apenas a demonstração de interesse não é suficiente para que essa obra possa ser retomada. Precisamos saber disso por meio de laudo técnico de engenharia. Enfim, é necessário que esse gestor apresente não só o interesse, mas também a documentação necessária para a retomada dessas obras, para que possamos verificar se aquela obra realmente é passível de ser retomada.

O que queremos dizer com relação a obra ser passível de ser retomada? Se ela não estiver com a estrutura totalmente danificada, se ela puder realmente ter andamento desde o estágio em que se encontra e qual o percentual de obra que foi executado. Esses dados são necessários para que possamos fazer um escalonamento de quais obras vão ser retomadas primeiro e, na sequência, outras. Então, precisamos ter essa informação para que o Ministério possa se organizar, principalmente em relação ao orçamento e ao financeiro, e, assim, essas obras poderem ser retomadas.



Temos 2.700 que ainda não apresentaram proposta. No entanto, já temos 823 que já enviaram a proposta com a documentação necessária. Então, a princípio, já abríamos 823 propostas que vão, a partir do dia 23 de junho, cair em outro momento: na análise do Ministério.

ACESSE O PAINEL "MÃOS À OBRA" DO INVESTSUS
e confira repasses e retomada de obras em cada estado



Benefícios da repactuação



Prejuízos em caso de não participação



Perguntas Frequentes (FAQ)

Atenção As opções de manifestação de interesse estarão disponíveis no sistema InvestSUS a partir do dia 15 de janeiro.



CARTILHA
Orientações sobre a retomada de obras



Como solicitar a retomada de serviços **em sua cidade**

O Ministério vai ter mais 60 dias para analisar essas propostas, para verificar se essa documentação está compatível, se tudo está o.k., para ver se realmente a obra tem possibilidade de ser retomada, se existe a necessidade orçamentária, se existe a necessidade financeira, e já fazer um planejamento com relação a isso, um cronograma de desembolso, se porventura for necessário. Caso já tenha recebido totalmente o recurso, não haverá novos recursos por parte do Ministério da Saúde, mas haverá a possibilidade da entrega dessa obra sem a necessidade da devolução de recursos.

Então, todo recurso que já foi repassado poderá ser utilizado e, logicamente, se houver necessidade, haverá complementação por parte do gestor. Dessas 823 propostas já enviadas, com a documentação necessária, temos 587 na situação de reativação. Ou seja, o gestor já entregou a obra, que está concluída. No entanto, no nosso banco de dados, no nosso sistema de monitoramento, tínhamos a informação de que a obra ainda não estava



concluída, porque o gestor não tinha passado essa informação ao Ministério. Então, é preciso que seja enviada a documentação comprobatória para que nessas 587 obras seja dada baixa no Ministério, como obras concluídas e finalizadas. Nós iremos, logicamente, avaliar isso. Além disso, nós temos 236 que demonstraram interesse em retomar uma obra que está em andamento. Então, nós temos 236 obras que ainda estão em andamento e que demonstraram interesse na continuidade dessas obras. Mas o principal fator aqui hoje — e queríamos aproveitar este momento aqui, na audiência pública — é que, dessas 2.700 propostas, sendo mil obras de reativações e 1.700 de retomadas, nós precisamos que os gestores apresentem essa documentação até o dia 23 de junho.

É fundamental que esse prazo seja respeitado para que o gestor não seja prejudicado novamente, porque, caso não apresente essa documentação, infelizmente ele vai entrar na lógica das portarias estabelecidas pelo Ministério e vamos ter que solicitar a devolução do recurso que já foi repassado para o fim dessas obras, para que possa ser instaurada até uma, porventura, TCE, caso não haja essa devolução. Então, uma tomada de conta especial pode até vir a ser instaurada, caso o gestor não se manifeste tempo, ou seja, até o dia 23 de junho.

O fundamental aqui hoje é esclarecer essa situação de que não basta apenas demonstrar o interesse, porque às vezes o gestor entende que, como demonstrou interesse já está tranquilo, só vai esperar o Ministério dar algum retorno, mas não é assim. A portaria é feita de algumas etapas. A primeira etapa, sim, é apenas para demonstrar o interesse — isso já foi superado. Agora, nós já estamos finalizando a segunda etapa, que é apresentar a documentação que comprova o *status* da obra, para que o Ministério entre na terceira etapa, que é avaliar essa documentação e verificar se realmente a obra já está finalizada, se já está ou não em funcionamento ou se a obra, de fato, está inacabada e precisa ou não de algum recurso financeiro. Por isso é fundamental que esses 2.700 gestores que demonstraram interesse enviem, até o dia 23, a documentação que comprove o *status* dessa obra, para que possamos, de fato, aproveitar essa lei e essa portaria da retomada, para não haver a devolução de recursos.



Cronograma completo para participar do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Saúde



O principal é não haver obras inacabadas pelo Brasil, porque hoje temos apenas 236 obras inacabadas, cuja documentação foi enviada para a nossa análise. Mas ainda há mil que estão aptas, elegíveis, com demonstração de interesse, mas que ainda não demonstraram essa documentação para que possamos dar continuidade a essas obras”.⁷

Retomada de obras pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

No dia 4 de dezembro de 2024, em cumprimento aos Requerimentos nº 212/2024, de autoria do Deputado Joseildo Ramos, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC); e nº 5/2024, de autoria da Deputada Flávia Moraes, pela Comissão Externa destinada a acompanhar e monitorar a conclusão das obras públicas paralisadas e inacabadas no país (CEXOBRAS), foi realizada audiência pública conjunta com a presença da Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fernanda Macedo Pacobahyba, para apresentar um balanço acerca do Pacto pela Retomada de Obras pelo FNDE.

⁷ O Ministério da Saúde disponibilizou cartilha com orientações sobre a retomada de obras, disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilhas/2024/cartilha-orientacoes-sobre-retomada-de-obras>



Segundo Fernanda Pacobahyba, esta gestão será julgada nos anos vindouros a partir do sucesso ou do fracasso do Plano de Retomada. Existe uma ansiedade muito grande pela solução deste problema, que é um problema estrutural do governo federal. Durante anos anteriores, o FNDE retomava obras inacabadas e inacabadas, mas nunca o governo federal admitiu a sua repactuação.

INFRAESTRUTURA



AVANÇO NA RETOMADA

Brasil reduz em mais de 50% as obras inacabadas e paralisadas na educação em um ano de vigência da Lei do Pacto pela Retomada

Lei nº 14.719/23 já permitiu a retomada de 1.295 obras da educação básica em todo o país e a conclusão de outras 206

Um levantamento realizado em dezembro de 2024 constatou que o número de obras paralisadas e inacabadas caiu para 2.701, sendo 1.787 inacabadas e 914 paralisadas, o que representa uma redução de 51%. No site do FNDE é possível identificar que 1.295 obras já receberam aprovação formal para retomada e início dos processos formais de contratação das empresas nos estados e municípios, enquanto outras 206 já se encontram concluídas, confirmando o impacto positivo da iniciativa.

janeiro de 2023

5.642
obras



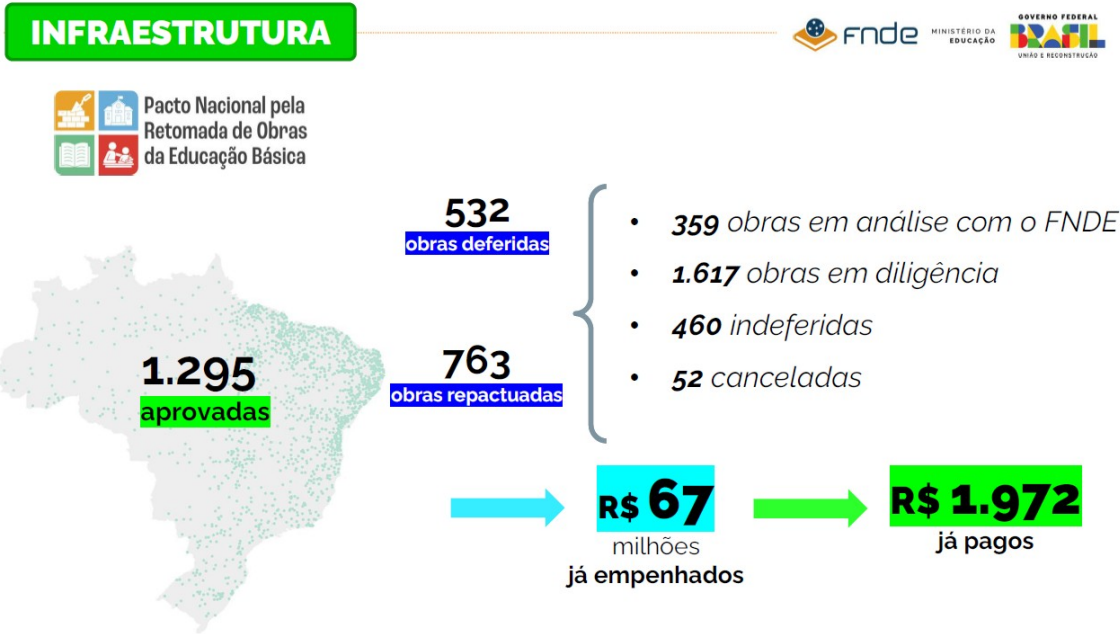
dezembro de 2024

2.701
obras

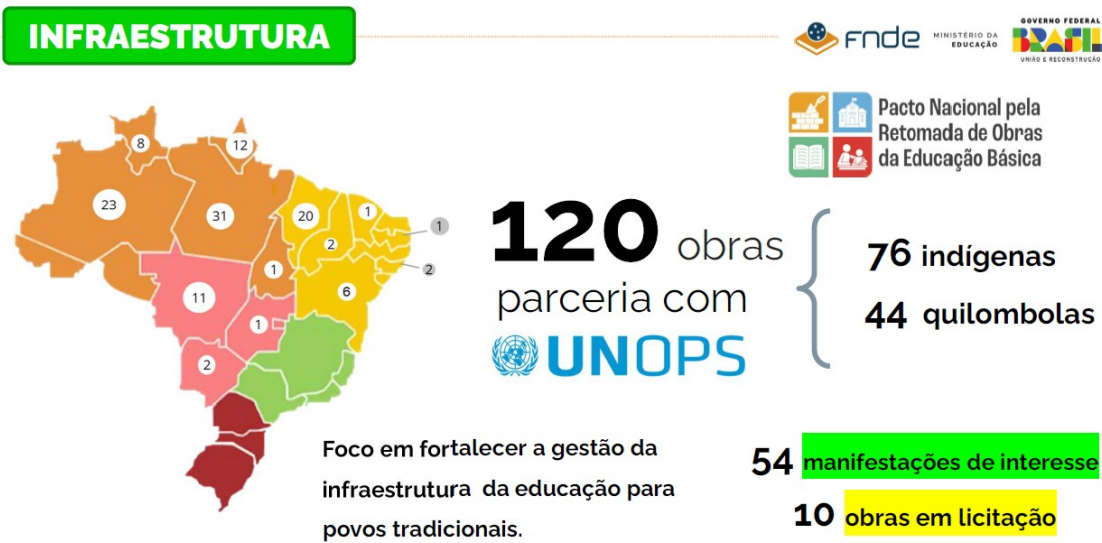
Tudo na educação básica relacionada a obras é feita a avaliação por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec), que é o sistema do Ministério da Educação (MEC), e basicamente ele acompanha grandes programas da educação básica, e atualmente há uma redução em mais de 50% das obras inacabadas e paralisadas, um ano após a instituição do Pacto pela Retomada de Obras, por meio da Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023. Em janeiro de 2023 havia 5.642 obras paralisadas e inacabadas. Atualmente este número reduziu para 2.701.

A partir da chamada do governo federal perguntando aos municípios que possuem obras paralisadas e inacabadas quem teria interesse em retomar tais obras, 3.784 manifestaram interesse, sendo 1.295 aprovadas, com 532 deferidas e 763 repactuadas. Cerca de 67 milhões de reais já foram empenhados.





No âmbito desta parceria de retomada, o governo federal fez um acordo com o UNOPS, que é um braço operacional da Organização das Nações Unidas (ONU). O UNOPS normalmente atua em cenários de guerra, e ele está ajudando a resolver o problema acerca de escolas indígenas e quilombolas em nosso território.



*das 3,784 obras, 120 obras indígenas e quilombolas serão executadas por meio UNOPS



O estado brasileiro ainda não desenvolveu um modelo sustentável para construção de escolas especialmente em comunidades mais distantes, pois o problema da logística é diferenciado e muitos municípios não tem interesse em construir escolas para indígenas.

O governo está remodelando este desenho federativo pois o indígena tem direito à educação. Este projeto já está sendo vitorioso no Pará e em Roraima, devendo avançar para o Amapá, que é o grande piloto no UNOPS.



Outro projeto realizado este ano foi o FNDE chegando junto. Com base em indicadores, o FNDE elegeu duas regiões prioritárias na educação, atuando todos os meses neste ano de 2024, encerrando este projeto no mês passado. A primeira região que o FNDE elegeu foi o estado do Amapá, que tem o pior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Brasil. O segundo foi a região do Marajó no estado do Pará, que tem o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No Marajó, complexo de 18 municípios, há 133 obras paralisadas e inacabadas. Atualmente 67 obras foram retomadas.

Além da retomada, há o desafio do Novo PAC, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), com 2.678 obras.





MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Educação Básica

2.678
obras

1.500
ônibus escolares

685 escolas em tempo integral
R\$ 5,7 bilhões
656 municípios
120 mil estudantes

1º Edital

R\$ 10,6 bilhões

160 obras aptas à licitar

1.178 creches e pré-escolas
R\$ 4,1 bilhões
1.176 municípios
111 mil estudantes

1.500 ônibus escolares
R\$ 750 milhões
1.500 municípios
135 mil estudantes

Desafio: superar cláusula suspensiva até março de 2025

Com isso, serão ao todo, cerca de 10 mil obras na educação, o que gerará 1 milhão e quinhentas mil vagas, em um investimento previsto de R\$ 21,9 bilhões.

INFRAESTRUTURA



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



10 mil
obras da educação

1.5 milhão
novas vagas geradas

R\$ 21.9 bilhões
Investimento previsto do
Governo Federal

Nesta retomada de obras, pela primeira vez na história há uma atualização dos valores com base no Índice Nacional de Custo da Construção (INCC).





FNDE

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

**Primeira vez na história,
retomada de obras com
atualização dos valores
com base no **INCC**
para obras**



Abaixo segue toda a base legal, com leis, portarias e resolução
acerca do tema:



FNDE

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

BASE LEGAL



BASE LEGAL



Há muitos desafios a serem enfrentados, pois existem obras paralisadas desde o ano de 2007, ou seja, com 17 anos de atraso.



Desafios nas repactuações

- ➔ **Processo complexo de análise**
- ➔ **Avaliação técnica de requisitos:**
segurança, habitabilidade, acessibilidade, aderência dos projetos, composições de custo e orçamentação.
- ➔ **Desafio dos entes em cumprir as diligências**
- ➔ **3h** para análise de uma obra



Desafios nas repactuações

- No âmbito da MP, os entes **teriam até 270 dias** para atender todas as diligências.
- Com as mudanças, **o prazo atual é de 625 dias**, excluídos os dias de análise da documentação pelo FNDE.



Este Pacto só nasceu a partir da confluência de forças da Controladoria-Geral da União (CGU), do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Os órgãos de controle foram bastante colaborativos nesta retomada.

CAPACITAÇÕES

Apresentações on-line e ao vivo por estado, com espaço para questionamentos dos entes

Caravanas Federativas

Eventos presenciais com o TCU e MGI (Fórum Parcerias) e em estados e municípios



Desta forma, o mérito não é só do FNDE, mas de todo o país que se mobilizou para resolver um problema complexo.

O Balcão Virtual do FNDE foi implantado no ano de 2023 e auxiliou diversos municípios distantes, com mais de 1.841 atendimentos exclusivamente sobre o Pacto.



ATENDIMENTOS

- **Balcão Virtual do FNDE:** já realizou **mais de 1.841 atendimentos** exclusivamente sobre o Pacto.



Destacamos também a parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o UNOPS.

PARCERIAS – CNJ e UNOPS

- Acordo de Cooperação Técnica firmado entre Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministério da Educação (MEC) e FNDE, no apoio ao desembaraço de questões práticas, como da dominialidade.
- Acordo de Cooperação Técnica com UNOPS para fortalecimento da gestão e conclusão de **120 obras indígenas e quilombolas**.



Painel do Pacto

Informações georreferenciadas

Status das obras, diligências, ficha técnica e muito mais.

Transparência e monitoramento órgãos de controle e sociedade



No site do FNDE, temos o Painel do Pacto⁸, construído pelo FNDE em conjunto com a CGU e o TCU, com o objetivo de disponibilizar para qualquer cidadão informações detalhadas, em tempo real, a respeito da retomada de obras na educação.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste encerramento de mais um ano de trabalhos da CEXOBRAS, comemoramos os avanços significativos alcançados em 2024. Nossa missão de destravar o potencial do Brasil por meio da retomada de obras essenciais foi fortalecida pela união de esforços entre parlamentares, técnicos e outros colaboradores.

Um dos marcos mais importantes deste trabalho foi o projeto relatado pela coordenadora da CEXOBRAS, Flávia Morais, que estabeleceu um novo marco para a retomada de obras em todo o país. Este projeto não apenas simplificou os processos burocráticos, mas também priorizou iniciativas que garantissem benefícios imediatos à população, como escolas, unidades de saúde e infraestrutura básica. A proposta foi construída com diálogo e

⁸ Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibNDQ3YWI5ZWItNTNiZi00Y2ZjLTkyNTAtMDBhZGE1OGU4NTQ0IiwidCI6ImNmODQ1NGQzLWUwMTItNGE5ZC05NWwzLTcwYmRlNmY0NTtkNSJ9>



transparência, refletindo o compromisso desta Comissão com soluções que promovam eficiência, justiça social e desenvolvimento sustentável.

O Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde, foi apresentado pelo Poder Executivo em 29 de agosto de 2023. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados em 5 de setembro de 2023 e no Senado Federal, sendo transformado na Lei Ordinária 14719/2023 em 1º de novembro de 2023. A sanção presidencial foi publicada no Diário Oficial da União em 3 de novembro de 2023.

Após mais de um ano do lançamento da Lei nº 14.719/2023, o Brasil registrou avanços na redução de obras inacabadas e paralisadas no setor educacional, houve uma redução de 52% no número dessas obras, caindo de 5.642 em janeiro de 2023 para 2.701 atualmente.

A retomada de obras paradas e paralisadas é de extrema importância para o desenvolvimento econômico e social do país. Essas obras, muitas vezes, representam investimentos significativos que, quando interrompidos, resultam em desperdício de recursos públicos e frustração para a população que aguarda os benefícios prometidos.

Quando uma obra é paralisada, os recursos já investidos ficam imobilizados, sem gerar os benefícios esperados. A retomada dessas obras permite que o dinheiro público já gasto seja aproveitado, evitando a necessidade de novos investimentos para iniciar projetos do zero. Além disso, a conclusão das obras pode gerar economia em longo prazo, pois muitas vezes a paralisação resulta em deterioração das estruturas, aumentando os custos de manutenção e recuperação.

A população tem grandes expectativas em relação à finalização das obras, pois elas representam melhorias diretas na qualidade de vida. Escolas, unidades de saúde, estradas e outras infraestruturas são essenciais para o bem-estar e desenvolvimento das comunidades.



Retomar obras é uma medida estratégica que promove a eficiência no uso dos recursos públicos, atende às expectativas da população e impulsiona o desenvolvimento econômico e social. É uma ação que demonstra compromisso com a transparência, responsabilidade e o bem-estar coletivo, garantindo que os investimentos feitos com o dinheiro público resultem em benefícios concretos para todos.

Os resultados obtidos em 2023 e 2024 reforçam a importância de mantermos a CEXOBRAS como um espaço estratégico de supervisão e fiscalização. Continuaremos a atuar para garantir que cada obra retomada se traduza em benefícios concretos para os brasileiros, honrando o princípio de que o recurso público deve estar a serviço do desenvolvimento do país e da melhoria da qualidade de vida da população, com transparência, eficiência e responsabilidade social.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada **FLÁVIA MORAIS**
COORDENADORA

